



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

TRABALHADORES DO COMÉRCIO AMBULANTE DE GÊNEROS E COMERCIANTES DO MERCADO PÚBLICO DE DESTERRO NO SÉCULO XIX

Fabiane Popinigis

Desterro, século XIX

Em 1855 Desterro era uma pequena cidade portuária com aproximadamente 5.611 habitantes, dos quais aproximadamente 1.436 eram escravos¹. Situada entre o Rio de Janeiro e a Baía do Prata, além de sua função estratégica de ocupação e proteção do

¹ “Mappa aproximado da População da Província de Santa Catharina”. Relatório do Presidente da Província, 1855.

litoral, a capital da Província de Santa Catarina era uma das principais praças de comércio do sul do Brasil. De Desterro saíam para outros pontos do litoral brasileiro, principalmente o Rio de Janeiro, os produtos produzidos nas redondezas. Para se ter uma idéia da importância regional do porto e das oportunidades de trabalho que gerava, quando em 1859 a população total girava em torno de 11.000 habitantes, a população marítima chegava a 1.774 indivíduos. Ali aportavam inclusive navios estrangeiros, embora em número muito menor do que os nacionais.²

No núcleo central da freguesia urbana de Nossa Senhora de Desterro estavam concentradas as principais construções, o Palácio do Governo, a Igreja Matriz, a Câmara Municipal, casas e ruas comerciais. A Rua do Príncipe era a principal rua de comércio, por isso também chamada Rua do Comércio, depois Altino Corrêa e hoje Conselheiro Mafra. Além dos edifícios públicos, em 1866 existiam ali 852 edificações de moradia.³ As ruas do centro eram iluminadas com lampiões a azeite de peixe, que em 1860 subiram ao número de cem.⁴ A leste da praça estavam os bairros da Figueira, Toca, Rita Maria e Tronqueira onde havia a maior concentração de população de africanos e afro-descendentes.

No interior da Ilha outras freguesias desenvolviam atividades agrícolas e mercantis, entre elas a de Nossa Senhora e Santo Antônio, no norte, a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, que era o principal núcleo populacional do sul da Ilha e abastecia o núcleo urbano de Desterro com aguardente, farinha, açúcar, hortaliças e frutas e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa produzia, principalmente, a farinha de mandioca.⁵ Pequenas embarcações ligavam o interior da Ilha ao núcleo urbano

² Laura Machado Hübener, *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis, E.d a UFSC, 1981. P.35.

³ Eliane Veras da Veiga. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

⁴ Oswaldo Cabral, *Nossa Senhora do Desterro. Notícia*. Florianópolis; Ed. Lunardelli, 1979.

⁵ Análise que Daniela Sbravati faz dos dados do censo de 1972. Cf. Daniela Sbravati; “Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX.” Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFSC, 2008, p. 40.

de Desterro, para desembarcar na Praça do Mercado e em outras localidades a produção daquelas Freguesias.⁶

Segundo o primeiro censo realizado durante o Império, em 1872 a Ilha de Santa Catarina tinha 26.311 habitantes, dois quais 3.431 eram cativos, enquanto a freguesia urbana de Nossa Senhora do Desterro tinha 7.486 habitantes livres e 1.122 escravos.⁷ Em razão da comparação da proporção da população africana e afro-descendente da Ilha com as de outras capitais e centros ligados à agricultura de exportação, como o Rio de Janeiro ou Salvador, por muito tempo a historiografia tendeu a desconsiderar a importância do trabalho escravo na região. Enfatizou-se a prevalência de pequenas unidades de produção agrícola e a produção daquelas unidades como de subsistência, sem grande relevância para o modelo explicativo da grande *plantation* escravista voltada para a exportação. Além disso, a caracterização da utilização da mão de obra escrava como predominantemente do tipo doméstico constituiu-se em argumento essencial para que se considerasse seu papel secundário na economia da Ilha. A argumentação em torno dessas características ganhou tal força na historiografia relativa à Santa Catarina - juntando-se a isso a importância de colônias de imigrantes europeus, que teriam alavancado a prosperidade econômica e, mais tarde, o desenvolvimento industrial -, que tomou ares de modelo interpretativo.⁸

Há alguns anos, entretanto, vários trabalhos têm surgido retomando a questão da presença de africanos e descendentes em Santa Catarina. Os que nos interessam aqui, mais especificamente, são aqueles que avançam nas pesquisas sobre a relevância do trabalho escravo nas atividades produtivas e no comércio da Ilha, relativizando a definição de trabalho doméstico para as funções exercidas e mostrando o atrelamento da Província à dinâmica das outras regiões do Império, sobretudo através das relações com o Rio de Janeiro.⁹

⁶ Clemente Gentil Penna, **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p.54.

⁷ Sbravati, *op.cit.*, p.47.

⁸ Para uma crítica detalhada dessas abordagens conferir Clemente Gentil Penna, *op.cit.*

⁹ Especialmente os trabalhos dos citados Clemente Penna, Daniela Sbravati, o de de Beatriz Mamingonian; “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850).” In: Frago, João Luis

É nesse contexto que o Primeiro Mercado Público da cidade, criado em função das necessidades de acomodar e organizar o comércio e sociabilidades pré-existentes no local, apresenta-se como um bom lugar para observar as relações de trabalho que envolviam mulheres e homens livres, escravos e libertos, por que centralizava as redes de distribuição de alimentos em Desterro.

O Coronel Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província entre 1840 e 1848¹⁰, já em 1842 regozijava-se com o baixo índice de criminalidade em Santa Catarina. Tal situação, segundo ele devia-se “a singular vantagem de ter a Província em huma população de 67.218 almas, 12.580 escravos somente.” O Presidente prosseguiu ainda argumentando que, para minorar a situação de violência que assolava o território imperial, após ter fechado “a porta ao despotismo, e abrindo a da liberdade” era necessário aumentar as medidas repressivas para acabar com aquele estado bárbaro – a um só tempo referindo-se, provavelmente, às revoltas liberais e aos levantes de escravos.¹¹ Seis anos depois, ainda no Posto de Presidente da Província de Santa Catarina, Antero de Brito volta a atacar, em seu relatório, o que considerava um grande mal. Ele propunha então que ao invés de cobrar imposto de 50 mil réis por cada escravo que saía da Província, fosse feito o oposto: o proprietário de cada escravo que fosse vendido para fora da Província “para nunca mais voltar” receberia dez mil réis como prêmio. Além disso, sugeria também que por cada escravo que fosse trazido de volta a Província fossem pagos 40 mil réis. Aparentemente, para Antero de Brito os escravos eram a fonte de quase todos os males: “igual multa pagará o senhor do escravo que o

Ribeiro; Florentino, Manolo G.; Sampaio, Antonio Carlos Jucá; Campos, Adriana. (Org.). Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa; Brasília: Ed. UFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 609-644 e o de Henrique Espada Lima; "Sob o domínio da precariedade: Escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX". Topoi, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005.

¹⁰ Cf. Relatório do pres. De prov. 1848. Antero Ferreira de Brito havia feito carreira militar, exercido postos de comando militar no executivo da Corte e tido uma breve passagem como presidente da província do Rio Grande do Sul antes de assumir o posto de presidente da província de Santa Catarina em junho de 1840, aos 53 anos. O que ele propunha, uma série de obras a serem realizadas a médio prazo, demonstrava uma visão de conjunto e uma preocupação urbanística com a cidade que as elites locais pareciam não ter.” p. 181. Cf. Beatriz Mamigonian, DOCUMENTO: Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX.”. Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p.179-188, jul.dez.1999.

¹¹ Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa de mesma Província na abertura de sua sessão ordenada em 1º. De maio de 1842, p.10

fizer introduzir na Província sem pagar o imposto dentro que não aumente, e principalmente com facinorosos, matadores, embriagados e ladroens, que para aqui mandam de toda a parte. Tremo pelo Brazil enquanto houver um escravo!”¹²

De fato, o Artigo 3º. da lei provincial de 7 de maio de 1849 determinaria que fossem pagos vinte mil réis por cada escravo introduzido na Província com o fim de nela residir.¹³ Entretanto, a Lei n.354, de 06 de maio de 1853 vai no sentido oposto, e estabelece a cobrança de imposto de 40 mil réis por escravo que saísse da Província.¹⁴ Além da cruzada pessoal de Antero de Brito a favor do primeiro imposto no final da década de 1840 e sua saída da Presidência em 1848, a legislação de 1853 provavelmente traduz o choque inicial causado pela aplicação da Lei que ficou conhecida como Euzébio de Queiroz na organização do trabalho.

Outro fator a ser levado em conta é o aumento da produção. Se na década de 1840 o Presidente da Província Antero de Brito reclamava sobre a morosidade da produção agrícola e da falta de produção artesanal¹⁵ a exportação de produtos agrícolas cresce a partir da década de 1850¹⁶, atingindo seu auge durante o período da guerra do Paraguai. Mais de uma década depois, o principal item continuava a ser a farinha de mandioca, mas produzia-se também o feijão, o milho, couro, arroz, aguardente, bananas, madeira e fumo, entre outros.¹⁷

Assim, eram necessários braços para o trabalho e com o avançar dos anos na segunda metade do sec.XIX aumentava o número de contratos de trabalho entre escravos recém alforriados e seus ex-senhores ou ex-senhoras ou ainda uma terceira pessoa.¹⁸

¹² Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordenada em 1º. De maio de 1848, p.07.

¹³ Legislação Provincial, 1849 - AH n.112.

¹⁴ Legislação Provincial, 1853 – AH n.134.

¹⁵ Relatório do Presidente da Província, 1842, fls.34.

¹⁶ O que não impede o presidente da Província que sucedeu Antero de Brito de reclamar que o comércio da província era “exclusivamente mantido pelos produtos de sua lavoura”. Relatório do Presidente da Província, 1953, p.24.

¹⁷ Laura Machado Hübener. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis, Ed.da UFSC, 1981, p.107.

¹⁸ Lima, *op.cit.*

Através dos arranjos de trabalho que transparecem nos contratos, percebemos que, a um tempo, libertos e libertas tentavam garantir sua sobrevivência num futuro incerto enquanto proprietárias e proprietários procuravam garantir a continuidade do trabalho dos ex-escravos e evitar sobressaltos.

O período abordado neste artigo corresponde à terceira fase de importação de africanos para a Província, como mostrou Beatriz Mamigonian: a partir de 1831 (data de promulgação da lei anti-tráfico para o Brasil) a entrada de africanos em Santa Catarina caiu drasticamente. Entretanto, ao contrário do que queriam Antero de Brito e seus pares, o tráfico interprovincial apenas teria impacto na diminuição da população escrava a partir de 1870.¹⁹

Neste ambiente, a construção do Primeiro Mercado Público de Desterro revelar-se-ia, por um lado, significativo melhoramento para a Capital da Província, e por outro, uma possibilidade real de inserção de escravos e libertos no pequeno comércio da capital para além do comércio ambulante.

O Primeiro Mercado Público

O próprio Antero de Brito foi responsável pela concepção e administração da execução de um plano de aformoseamento da cidade de Desterro.²⁰ Dentre suas principais realizações, consta o pontapé inicial da construção do Mercado Público da cidade. O Presidente argumentava sobre a urgência da construção de um Mercado Público para abrigar a comercialização de gêneros. Desgostava-lhe a situação em que se encontrava a Praça, que lhe era especialmente cara, por ali se localizarem os prédios oficiais. Era na praia em frente à ela que aportavam diariamente pequenas embarcações

¹⁹ Mamigonian, *op.cit.*

²⁰ Antero Ferreira de Brito havia feito carreira militar, exercido postos de comando militar no executivo da Corte e tido uma breve passagem como presidente da província do Rio Grande do Sul antes de assumir o posto de presidente da província de Santa Catarina em junho de 1840, aos 53 anos. O que ele propunha, uma série de obras a serem realizadas a médio prazo, demonstrava uma visão de conjunto e uma preocupação urbanística com a cidade que as elites locais pareciam não ter.” p. 181. Cf. Beatriz Mamigonian, “DOCUMENTO: Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX.”. *Geosul*, Florianópolis, v.14, n.28, p.179-188, jul.dez.1999.

vindas do interior da Ilha e também do continente para que os produtores, entre eles escravos e libertos, pusessem à venda os gêneros alimentícios que produziam. Vendiam diretamente dos próprios barquinhos os chamados “pombeiros”, que passavam a revender os gêneros pelas ruas. O peixe ficava exposto, tanto nos barcos como em panos estendidos no chão. Desagradava-lhe a cena, dos produtos que ficavam expostos na praça “aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”, nas palavras do Presidente. Além disso, era atribuição das Câmaras, a partir de 1828, legislar sobre a circulação e venda de gêneros, taxá-los e recolher os impostos. Assim,urgia a construção de um Mercado Público que facilitasse o controle sanitário e fiscal da circulação e venda de alimentos, contribuindo para a parca renda da municipalidade.

Além da função saneadora do local, a edificação integrava a crescente preocupação das autoridades municipais e provinciais com a centralização e organização das atividades de comércio de alimentos e sua regulamentação. Isso fica patente nas primeiras posturas decretadas no decorrer das décadas de 1830, e frequentemente reiteradas, mesmo após a implementação do Código de Posturas de 1845. A intenção de centralizar a distribuição para facilitar o controle sanitário e a cobrança de impostos materializar-se-ia com a construção do Mercado e do Matadouro.

No decorrer do século XX as atribuições de regulamentação e fiscalização passaram a ser função da Câmara Municipal e seus fiscais. Mas a idéia do direito dos pobres ao acesso aos alimentos básicos, a obrigação do produtor de vender na praça do mercado em pequenas porções dando a oportunidade a todos de comprarem a “preço justo”, a preocupação com a qualidade do produto (que a carne não estivesse podre ou pesteadada, ou que a farinha da qual se houvesse extraído a goma não fosse vendida) continuariam presentes nas posturas e a ser objeto de fiscalização. A Constituição de 1824 determinava a criação das Câmaras Municipais, e em 1828 regulou-se o seu funcionamento, quando elas passam a ser subordinadas a presidência da província.²¹ Era função das Câmaras zelar pelo cumprimento das posturas, e para isso contava com fiscais. Boa parte da renda da Câmara vinha dos contratos do direito de venda, por

²¹ Magnus Roberto de Mello Pereira, *Almuthasib – considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias*. RBH, São Paulo, v.21, n.42, p.365-395, 2001.

exemplo, da carne, dos impostos sobre o abate e a venda e das multas contra a infração de posturas.

Ao findar o ano de 1850 estava pronto o prédio do Mercado, no alinhamento da Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), na parte de baixo da Praça da Matriz, junto ao mar. O Primeiro Mercado Público de Desterro foi oficialmente inaugurado em janeiro de 1851, quando o Presidente da Província, João José Coutinho passou as chaves ao presidente da Câmara Municipal, Clemente Antônio Gonçalves.²²

O Mercado tinha 12 “casinhas”, com portas e janelas e divisão de paredes de estuque (divisórias) entre elas, mais quatro bancas de carne e as de peixe e um poço no pátio central.²³ Neste pátio os lavradores depositavam suas mercadorias - com exceção da carne verde e do peixe, ou lenha e carvão - para vendê-las ao público em pequenas medidas até as nove horas da manhã. Depois deste horário os pombeiros poderiam arrematá-las. Era permitido aos lavradores que ali ficassem com o que restara para vender até as 14:00, quando o Guarda da Praça, encarregado de manter a ordem, os fazia serem retirados. Eram designados pombeiros aqueles que compravam mercadorias diretamente dos produtores e depois passavam a mascatear, revendendo-as pelas ruas da cidade ou de porta em porta, àqueles que, por alguma razão, não fossem adquiri-las no Mercado. Para exercer essa função, os pombeiros pagavam imposto à administração municipal. A determinação sobre o horário mínimo para o repouso dos gêneros (9:00 da manhã) visava permitir que todos pudessem ter acesso aos produtos sem o acréscimo dos intermediários.

O caso de Maria Mina

O lugar ocupado pelos quitandeiros e quitandeiras, eram os vãos entre as colunas do Mercado, localizados entre o pátio central e a varanda. Cada um desses vãos era

²² Falla que o Presidente da Província João Jose Coutinho dirigio à Assembléia Legislativa da mesma Província, por ocasião da Abertura de sua sessão ordinária, em 1º. De marco e 1851.

²³ Fala do Presidente da Província, 1851, op.cit. P.16,17 e 18.

dividido em dois espaços, e cada um desses “espaços de quitanda” poderia ser ocupado por duas pessoas. Pagava-se 1\$200 réis pelo aluguel e os idealizadores certamente contavam com a presença das escravas quitandeiras ali, considerando o baixo preço e a possibilidade de dividir o aluguel com alguém (600 réis para cada). O regulamento era bastante claro neste sentido: enquanto “as casas só poderão ser alugadas a pessoas livres” os lugares de quitanda “poderão ser alugados a pessoas livres, e a escravos, com licença por escripto de seus senhores”, o que demonstra a frequência e o costume destes arranjos de trabalho.²⁴

O lugar ocupado por esses quitandeiros e quitandeiras, era um dos vãos entre as colunas do Mercado, localizados entre o pátio central e a varanda. Cada um desses vãos era dividido em dois espaços, e cada um desses “espaços de quitanda” poderia ser ocupado por duas pessoas. Pagava-se 1\$200 réis pelo aluguel e os idealizadores certamente contavam com a presença das escravas quitandeiras ali, considerando o baixo preço e a possibilidade de dividir o aluguel com alguém (600 réis para cada).

Uma delas seria a quitandeira Maria Mina, que fez o registro de sua alforria em 31 de julho de 1860. Ela foi ao cartório Kotzias no centro da cidade, juntamente com Luis de Santa Anna Carpes, seu proprietário, tendo por ela pagado 800 mil réis, obtidos através do Capitão Clemente Antonio Gonçalves.²⁵ Não sabemos se Maria obteve o dinheiro através de empréstimo ou favor, e nesse caso como ela pagou a dívida ou ainda se o Capitão fora depositário de seu pecúlio. O que sabemos é que Maria ocuparia seu lugar no Mercado em 1867, ao lado de Thereza, Thereza, no vão da coluna n.5 ²⁶ e em 1884 estaria novamente pagando imposto para venda de quitanda pelas ruas.²⁷ Teria seu negócio crescido e ela tinha alguém trabalhando para ela?

²⁴ O Regulamento do Mercado de 1855 reitera e torna específicas para a Praça as determinações presentes no Código de Posturas. O que esses documentos revelam, em geral, é a preocupação dos poderes públicos com a cobrança de impostos em relação aos serviços do pequeno comércio em geral, e mais especificamente ao comércio ambulante que será analisado aqui, com a circulação das pessoas envolvidas em tais trabalhos e com a qualidade dos gêneros alimentícios e sua distribuição. Por outro lado, as posturas e os editais, seu teor e suas reedições com novas cláusulas também mostram que as determinações eram constantemente burladas.

²⁵ Escritura de liberdade que Luis de Santa Anna Carpes passa à sua escrava Maria Mina. 2º. Ofício do Desterro, Livro 22, 1859.

²⁶ Livro caixa N.183 – Receita e despesa da câmara municipal 1867-1868.

²⁷ (Livro auxiliara da receita e despesa da Câmara Municipal 1883-1884) pg.33 e pg.35

Não é impossível, principalmente considerando o que sabemos sobre o envolvimento de Maria em mais uma negociação. Em 1883, ela estabeleceu um contrato com outro militar - desta feita o Coronel Feliciano Alves de Brito -, para libertar um escravo que afirmava ser seu sobrinho. O pardo Manoel teria ficado livre no momento em que firmaram o acordo, e Maria Mina responsabilizou-se por pagar 900\$000 pela liberdade do homem (apenas 100\$000 a mais do que a sua própria, muitos anos antes). Findo um ano, e não tendo Maria acabado de pagar a devida quantia, o Coronel desconfiou que Manoel estivesse sendo utilizado no serviço marítimo para pagar uma boa quantia em jornais à própria Maria.²⁸

Com essa desconfiança, Alves de Brito traz à tona uma situação nada incomum neste período: a compra e a utilização de escravos por ex-escravos, que dessa forma acumulavam algumas propriedades e dinheiro. No Rio de Janeiro e em São Paulo era prática corrente a existência de algumas redes comerciais entre escravas e ex-escravas, que emprestavam dinheiro a juros a algumas e costumavam ter escravas elas mesmas. Segundo Sheila Faria elas provavelmente ensinavam o ofício da quitanda que propiciaria às escravas algum pecúlio, facilitando-lhes a alforria.²⁹

Pela desconfiança do Coronel, ficamos sabendo que tal prática existia também em Desterro. Embora não saibamos se esse foi o caso de Maria, sua persistência no comércio, seus bons relacionamentos (Clemente Gonçalves, que lhe adiantara o dinheiro da alforria, era nada menos do que a o presidente da Câmara Municipal na época da inauguração do Mercado) e a irritação do Coronel Alves de Brito em relação a ela mostram que a africana tinha trânsito entre os homens bons de Desterro, e era boa negociadora, de forma alguma incapaz de lutar pela própria sobrevivência naquela sociedade.

Por outro lado, se a suspeita do Coronel tivesse razão de ser, poderíamos afirmar que Maria não era pobre, vivendo do trabalho de Manoel, como faziam várias senhoras brancas e de boa família suas contemporâneas e talvez lhe facilitando o caminho para a liberdade.

²⁸ Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis, 1ª. Vara de Família: Cx.02 de 1883, n.199.

²⁹ Sheila de Castro Faria; “Mulheres forras – Riqueza e estigma social”, Tempo, Rio de Janeiro, n.9, PP.65-92.

O Mercado em disputa

É difícil saber os parâmetros que norteavam a admissão dos quitandeiros do mercado.

O quitandeiro ou quitandeira que pretendesse uma vaga no Mercado deveria submeter ao Presidente da Câmara uma petição. O presidente se informava com o guarda do Mercado sobre se achar vago o lugar requerido e o concederia por despacho ao solicitante, que deveria pagar então a taxa de aluguel na Repartição Provincial, apresentando-se em seguida ao guarda, para tomar seu lugar.³⁰

Era provavelmente uma vantagem em termos de vendas, mas também havia a concorrência dos vizinhos. Seriam preferencialmente escravos e escravas que conseguiram ali um lugar graças às relações dos senhores e senhoras? O que era mais vantajoso para os libertos e para os escravos? Circular pelas ruas ou estabelecer-se com suas quitandas nos vãos do Mercado?

Como vimos, aos escravos era proibido o aluguel das casinhas. Era exigência do Regulamento que o pretendente fosse pessoa livre. Além dessa, havia várias outras restrições aos escravos, que não podiam ser caixeiros, dormir dentro do Mercado, ou vender peixe ou cortes de carne verde. O regulamento determinava também que os pretos de ganho (assim como os mendigos) não podiam circular dentro da Praça, sendo obrigação do Guarda do Mercado retirá-los dali sob pena de prisão. O mesmo guarda também tinha a função de fazer sair os escravos que se demorassem mais do que o tempo necessário para fazer suas compras, evidenciando mais uma vez que aquele era um lugar de sociabilidade daqueles trabalhadores. Assim, evidentemente, o Regulamento também proibia expressamente qualquer tipo de diversão no local (“jogar, dançar, e qualquer outro divertimento”)³¹

³⁰ Art.28º, “Regulamento para a Praça do Mercado da Capital.” Offícios da Câmara Municipal a Presidência da Província 1850. Fls 120-126.

³¹ Cf. Art.51, art.52 e art.53 do “Regulamento para a Praça do Mercado da Capital.” Offícios da Câmara Municipal a Presidência da Província 1850. Fls 120-126.

O acesso as casinhas do Mercado era feito através de leilão em praça pública, e o aluguel cobrado variava muito, provavelmente de acordo com a condição dos pretendentes e suas relações políticas naquele meio. A única mulher que chegou a alugar uma das casinhas, no período analisado (de 1855 a 1890) foi a preta forra Joanna Prates, que o fez durante dois semestres. Da primeira vez, alugou a casinha n.3, de julho a dezembro de 1855, por 6.500. Arrematou a mesma casinha para o período de janeiro a julho de 1856, tendo sido a contratante que mais caro pagou pelo aluguel, de 6.600 réis. No semestre seguinte a casinha de número 3 foi a única a ser alugada em agosto, enquanto todas já haviam sido definidas em julho, e o novo locatário pagou apenas 5.000 réis por ela.³²

Ficamos sem saber o porquê do afastamento de Joanna. Pode ser que tenha voltado a alugar um vão entre as colunas do Mercado, como fizera anteriormente. Depois disso, não encontrei mais designações a cor ou condição social dos locatários. O caso é que no período inicial após a inauguração do prédio nem todas as casinhas foram alugadas, talvez em razão de certa desconfiança inicial da população em relação a novidade. Entretanto, à medida que o Mercado foi se estabelecendo como centro organizador da distribuição de alimentos e de sociabilidade da cidade, algumas pessoas foram se fixando no negócio, que passava a valer a pena.

José Segui, o mais constante negociante do Primeiro Mercado, estabeleceu-se em fevereiro de 1856, com as casinhas 10 e 11³³ que alugou até 1857, passando depois a alugar apenas a n.11. A partir de dezembro de 1860 ele alugaria a casinha n.1, à qual permaneceu fiel até o fim (do livro) em 1880. Seu filho o substituiria. De forma geral, entretanto, os preços e os locatários flutuaram bastante.³⁴

Interessante observar que em dez. de 1864 todos os arrematantes contrataram o aluguel entre 7.000 e 9.000 réis.³⁵ No período seguinte, entretanto, em junho de 1865, a procura parece ter excedido as expectativas, e os comerciantes habituais tiveram que se comprometer com aluguéis muito mais altos para manter seu lugar no Mercado: a menor

³² Termos de arrematação das casinhas do Mercado, 1855-1880, fls. 05 e 06.

³³ Termos de arrematação das casinhas do Mercado, 1855-1880, fls.07.

³⁴ Termos de arrematação das casinhas do Mercado, 1855-1880.

³⁵ Idem, fls.41

quantia contratada foi de 9.000 réis, passando por 14.000 réis, por 20 e 27.000 réis, chegando até a soma exorbitante de 30.000 réis. José Segui, que pagou 7.000 em dez. de 1864, pagaria mais do que o dobro em junho de 1865, 22.500³⁶, e 20.000 réis em dez. do mesmo ano³⁷, sempre fiel à casinha de n.1.

Talvez por conta do aumento desenfreado e possíveis reclamações, no semestre seguinte todos pagaram a mesma quantia pelo aluguel das casinhas: 10.000 réis.³⁸ Passam-se mais de dez anos e a partir de dez. de 1877 o preço do aluguel, ainda igual para todos, passa a 15.000 réis³⁹, e em dez. de 1878 alguns pagam 10.000 réis⁴⁰ enquanto outros passam a 16.000 em e, finalmente em junho de 1879 atinge o pico de 40 mil réis para todos⁴¹. A partir de 1880 parece haver uma mudança estrutural na forma dos termos de arrendamento, que são agora feitos individualmente, passam a valer por um ano e o pelo preço fica fixado em 20 mil réis para todos.

As flutuações de preço e a disputa pelas casinhas parecem seguir a lógica do aumento da venda de gêneros alimentícios durante o Período da Guerra do Paraguai, tanto para as tropas do Rio Grande do Sul como para as que estavam de passagem em Desterro e para o porto do Rio de Janeiro. De todo modo, o aumento desenfreado foi controlado pela intervenção dos poderes públicos, que fixaram o preço máximo. Entretanto, o acompanhamento desse aumento progressivo dos preços, além das posturas que perseguiram determinadas manifestações populares e de origem africana e do Regulamento do Mercado que impõe o limite da participação dos escravos ali, mostram que a exclusão dos indesejáveis numa política cotidiana não se deu de uma hora para a outra com a construção do Novo Mercado, mas que foi feita pouco a pouco, através da disputa pelo espaço central de comércio e sociabilidade na cidade.

Pombeiros e quitandeiras

³⁶ Idem, fls.42.

³⁷ Idem, fls.51.

³⁸ Idem, fls.56.

³⁹ Idem, fls.114.

⁴⁰ Idem, fls.125.

⁴¹ Idem, fls.126.

A Praça do Mercado adquiriu maior importância alguns anos após a construção do Primeiro Mercado Público de Desterro, centralizando a circulação de produtos e concentrando e aumentando a arrecadação municipal. Assim, se em 1845 o total da receita da Câmara Municipal de Desterro fora de 3:318#800⁴², entre Julho de 1863 e Junho de 1864 – um dos momentos de pico na prosperidade da Praça - essa soma subiria a 9:151#467. Desse total, 2:848#400 eram compostos pelo Rendimento da Praça do Mercado. Ou seja, apenas o Mercado Público era responsável por 31% da receita total da cidade.⁴³

Entretanto, além da arrecadação referente ao próprio Mercado, através do aluguel das casinhas e vãos entre as colunas⁴⁴, é preciso considerar que sua existência deu uma injeção de ânimo na economia local, e incrementou os mecanismos de cobrança de impostos sobre os gêneros em relação a períodos anteriores a sua construção.

As quitandeiras e os pombeiros que trabalhavam fora do Mercado eram parte importante dessa conta. Nesse mesmo período (entre julho de 1863 e junho de 1864) a Câmara arrecadou 160.000 réis referentes a impostos de pombeiro, por 6.400 cada, significando que havia 25 pessoas exercendo essa função *em dia com as taxas*. Embora o imposto de mascate fosse mais caro, o total pago pelos pombeiros era superior ao dos mascates – 72#000, ao das lojas de quitandas 55#000.000 e sobre lojas e pequenas tabernas 89#600.⁴⁵

Entretanto, ao que parece, essa atividade se transformaria na segunda metade do século XIX. Nos idos de 1854 havia uma grande quantidade de mulheres exercendo o ofício de pombeira e para isso pagando imposto, como a preta Margarida, Maria Roza, Maria Severina e Rita Maria Justina e Anna, que pagava imposto para a escrava exercer a

⁴²42 Relatório do Presidente da Província de S.C, Antero José Ferreira de Brito, em 1º. De Marco de 1845.

⁴³43 Balanço da receita e despesa da Câmara Municipal da Cidade do Desterro do ano findo de 1º. De julho de 1863 a junho de 1864, Fls 118, Livro 153, 1858-1869.

⁴⁴44 O imposto cobrado às quitandeiras do Mercado (dezesseis lugares, duas em cada), rendia 32.000. (livro de receita e despesa da Câmara Municipal, 1879-1880, fls 59).

⁴⁵45 Balanço da receita e despesa da Câmara Municipal da Cidade do Desterro do ano findo de 1º. De julho de 1863 a junho de 1864, Fls 118. Livro 153, Registro de correspondência da Câmara Municipal a diversas autoridades; relatório da Câmara Municipal; Registro da Receita e despesa. 1858-1869.

função. Diversas delas exibiam nomes que evidenciavam a origem africana, como Zeferida Calabá, Josefa Caçange e Esperança Cabinda.⁴⁶

Em 1854 o valor do imposto pago para exercer a função de pombeiro era de 3.200 réis, enquanto o aquele cobrado sobre a venda de quitanda pelas ruas da cidade era de 1.200 réis.⁴⁷ Em 1884 o imposto de pombeiro passou a ser bem mais caro do que o de quitanda, exigindo um capital maior: eram 30 mil reis anuais, pagos em duas vezes, proporcionando a arrecadação de mais de um conto de réis (1:110#000)⁴⁸. Assim, trinta anos depois, a atividade de pombeiro passou a ser exercida exclusivamente por homens e o imposto foi pago por 37 pessoas. Assim, se as mulheres foram sendo excluídas desse espaço, também aqueles que não obtivessem renda suficiente para pagar o imposto relativamente alto cobrado pela atividade seriam deslocados.

No caso dos tabuleiros de quitanda, a cobrança sobre as vendas pelas ruas passou a 3.000 anuais em 1886, enquanto as quitandeiras do Mercado pagavam 12.000 réis anuais em prestações mensais.⁴⁹ As quitandas continuaram a ser atividade preferencialmente feminina, e algumas mulheres faziam disso uma empresa. Era provavelmente o caso de Emília Soares, que em 1884 pagava imposto de quitanda para 9 pessoas exercerem aquela função.⁵⁰

O caso de Anna e Justina

Das 16 pessoas pagando imposto de quitanda em tabuleiro pelas ruas, apenas dois eram homens, e um deles pagava para três trabalhadores exercerem a função, sendo, portanto, um investidor.⁵¹ O livro de receita da Câmara Municipal parece incompleto e é evidente que havia mais do que 16 quitandeiras registradas. O n. de registro de Maria Mina, por exemplo, era 79, e o n. mais alto de registro era 84, dando uma idéia da

⁴⁶ Livro Caixa N.139 – Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855.

⁴⁷ Livro Caixa N.139 – Receita e despesa da Câmara Municipal 1854-1855.

⁴⁸ Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.35 e 39.

⁴⁹ Lei n.1.106 de 26 de agosto de 1886, Orça a receita e fixa a despesa municipal da província para o exercício de 1886-1887. Cf. Coleção de Leis, 1886.

⁵⁰ Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.33.

⁵¹ Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.33.

quantidade de pessoas registradas que exerciam essa função. Nessa conta incompleta, a arrecadação sobre esse comércio somava então 174#000, sem contar com aquela propiciada pelas casas de quitanda do Mercado e com endereço fixo.⁵²

Entre as 16 quitandeiras registradas e constantes do livro consultado estavam Justina Cândida da Costa e Anna B. Poyção, que vieram no mesmo dia pagar o imposto, provavelmente juntas. Justina e Anna eram as mesmas que em 1831 receberam a alforria de Rita de Cássia Luiza da Silva Poyção. Anna parda era então menor de idade, mas já tinha três filhos. Sua liberdade ficou condicionada a servir Rita de Cássia e sua companheira até a morte, sob pena de tê-la revogada em caso de ingratidão. Anna ficava assim “**agregada** a Luisa Clara da Conceição para servi-la e acompanhá-la até a sua morte” (grifo meu).⁵³

No ano seguinte, Rita de Cássia alforriou uma outra escrava sua, Justina, que tinha apenas 7 meses de idade na época, desta feita sem acrescentar a parte da revogação da liberdade.⁵⁴ Liberta, Justina viria a se casar com Francisco da Costa, e passaria a usar o nome de Justina Cândida da Costa. Ela e Anna constavam do testamento de Rita de Cássia, e herdaram, juntamente com outros libertos, uma morada de casas na Rua do Senado, que venderiam em 1889, ou seja, 25 anos depois da morte da ex-senhora.⁵⁵ Justina teria então 57 anos, e Anna em torno de setenta. Os ex-escravos que estavam entre os contemplados no testamento de Rita de Cássia assumiram o sobrenome Poyção, donde pudemos identificar Anna tantos anos depois, em 1884, entre as quitandeiras do município. Anna e Justina, que puderam desfrutar de sua liberdade em 1864, após a morte da ex-proprietária, mantiveram seus laços, e encontraram formas de sobreviver garantindo a proteção de sua ex-senhora e participando da rede de distribuição de alimentos de Desterro.

Por outro lado, a história das duas libertas e de suas ex-proprietárias, senhoras solteiras de Desterro, vara boa parte do século XIX é reveladora de uma complexa

⁵² Livro auxiliar da receita e despesa da Câmara Municipal, 1883-1884, fls.29 e 33.

⁵³ “Lançamento de Escrito de Liberdade da escrava Anna”, Livro 4 de notas do 2º. Ofício do cartório de Desterro, 1831, fls 118v e 199.

⁵⁴ “Lançamento de Escrito de Liberdade da escrava Justina” Livro 4 de notas do 2º. Ofício do cartório de Desterro, 1832, fls 154, 154v e 155.

⁵⁵ Sbravati, *op.cit*, 2008, PP.85-90.

relação de dependência de ambas as partes que vai tomando diversas formas. Podemos arriscar algumas razões para o gesto incomum de Rita de Cássia, de alforriar vários escravos na década de 1830 – no caso de Anna e Justina justamente 1831 e 1832, após a proibição do tráfico atlântico de escravos e a diminuição da entrada de africanos em Desterro.

Como mostrou Daniela Sbravati, mulheres como elas dependiam quase que exclusivamente do trabalho de seus escravos.⁵⁶ Era comum que senhoras, viúvas ou solteiras, vivessem dos ganhos de seus escravos, dependendo dos cuidados e do jornal pago por eles, que tantas vezes era obtido através da venda - ambulante ou no Mercado - de produtos de quitanda pelas ruas.⁵⁷

Assim, para Rita de Cássia, transformar suas escravas em fiéis dependentes poderia garantir a ela e à sua companheira mais segurança e assistência do que a própria instituição da escravidão. Criava assim “agregados” e, de quebra, deixava-lhes o que tinha, da mesma feita demonstrando para com eles sua gratidão e garantindo o bem estar de Luisa Clara. Mostravam assim que as mulheres tinham sua própria maneira de lidar com a ideologia de dominação senhorial⁵⁸. O caso delas e de outras, além de revelarem um número surpreendente de senhoras proprietárias na pequena Desterro, certamente desestabilizam a idéia de desimportância criada a respeito da escravidão na Ilha.

O Novo Mercado

Em 1880 era grande a popularidade do Mercado. Se no dia 30 de abril nada menos do que 274 vendedores freqüentaram a Praça do Mercado, podemos imaginar a grande circulação de pessoas, compradores e afins. Na década seguinte, argumentar-se-ia sobre a falta de funcionalidade e a falta de espaço do Mercado, decidindo-se pela construção de um novo prédio, em outro local.

A pedra fundamental do Novo Mercado foi lançada em 1896 na Rua Altino Correa (atual Conselheiro Mafra), entre as ruas Jerônimo Coelho e Deodoro. A

⁵⁶ Daniela Sbravati, “Mulheres de (In)certa condição”; *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 1, n.02, 2009.

⁵⁷ Joana Pedro, *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1998.

⁵⁸ Termo utilizado por Sidney Chalhoub para descrever as relações entre senhores e escravos no século XIX. Cf. Chalhoub, Machado de Assis: historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

inauguração foi em fevereiro de 1899 e o Mercado Velho seria demolido em março do mesmo ano. O aluguel passou então a custar entre 26 mil-réis a sessenta mil-réis o “Box” no novo Mercado.⁵⁹ Em 1899 a escolha dos beneficiados foi feita através de licitação, o que desfaz qualquer suspeita de desinteresse dos mais abastados pelo projeto. Entre eles estava uma mulher: Jovita de Casto Gandra, que tinha, afinal, o nome de família do próprio construtor do prédio, Antônio da Costa Gandra. Juntos, Jovita e Antônio tinham o box 1, 2, 3 e 4, de um total de 16 boxes.⁶⁰

Em todo caso, se o favorecimento político e o preço do aluguel não fossem impedimentos suficientes, havia o “esclarecimento” fornecido pelo artigo terceiro do regulamento do Mercado, definindo o tipo de pessoa a quem se concederá o direito a alugar um box: “As casinhas serão alugadas a pessoas morigeradas e de bons costumes e o contrato de aluguel se fará por concorrência pública.” Ali, como vimos, só se admitiram pessoas de “vida exemplar”. Desta vez, ao invés de escravos, o parágrafo 5º. do artigo 24 do Regulamento proibia de “Demorarem-se os criados ou quaisquer pessoas mais tempo que necessário para fazerem suas compras.”⁶¹

Entretanto, sabemos as quitadeiras continuaram a fazer seu comércio fora do Mercado, na Praia, e inclusive a enviar reivindicações para a Câmara Municipal, como a de 20 de abril de 1895, quando reclamavam por serem taxadas em 6.000 mensais (ou 7.200 anuais) sendo que “outras em melhores condições e perfeitamente abrigadas do tempo apenas são sujeitas a taxa de menos da metade daquelas”.⁶²

O Mercado continuaria a ser o centro do comércio de alimentos. Agora como exemplo da “modernidade e civilidade” dos habitantes de Desterro não necessitava somente de serviços, mas também de *status*. Com a aproximação do final do século XIX, a despeito da Abolição e da mudança de regime, aqueles que não eram exatamente portadoras da imagem que os modernizadores de Florianópolis queriam para si -

⁵⁹ Cf. MESQUITA, Ricardo Moreira de. Mercado: do Mané ao Turista. Florianópolis. Ed. do autor, 2002, 63 e 64. Em 1927 o aumento seria ainda mais incrível: “Inflacionados, os aluguéis dos boxes, em 1927, chegam, em média, a 320\$000 (320 mil réis), 864% a mais que os valores de 1899.” Mesquita, *op.cit*, p.81.

⁶⁰ Cf. Mesquita, *op.cit*, p.63, 64.

⁶¹ “Disposições sobre o uso do Mercado Novo”; Lei n.56 – 23/04/1898 Em Coleção de leis do Município de Florianópolis 1896-1901. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, 1901. (202p.)

⁶² Ata da sessão da Câmara Municipal de Desterro, 20 de abril de 1895.

passaram a ser cada vez mais excluídas daquele espaço. Esse processo histórico de exclusão, como vimos, não ocorreu pela falta de capacidade de mulheres como Anna, Justina ou Maria Mina de se adaptarem ao mercado de trabalho ou às novas formas que tomaram as relações de trabalho. Afinal, isso não se deu de uma hora para outra. À medida que viviam e experienciavam as transformações ocorridas nos mundos do trabalho no Brasil de meados do século XIX, pessoas como elas encontravam a melhor forma de se precaver contra as incertezas, bem como utilizavam brechas para aproveitar as oportunidades existentes. No caso da cidade de Desterro, o Primeiro Mercado Público foi um elemento importante nas oportunidades criadas e aproveitadas por escravos e libertos para obter uma certa liberdade e autonomia, proporcionando-lhes o trânsito naquela sociedade que se fecharia cada vez mais para eles.

